EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O presente Projeto de Lei tem o intuito de incluir, no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre, a efeméride Semana Municipal da Justiça Restaurativa, a ser realizada, anualmente, na terceira semana de novembro.

Pode-se dizer que a Justiça Restaurativa é um modelo alternativo e complementar da justiça que busca, de forma pacífica e educativa, a resolução de conflitos, utilizando como sua principal ferramenta o diálogo, fazendo com que o indivíduo causador de algum tipo de ofensa repense seus atos e repare os danos, ao mesmo tempo em que trabalha de forma preventiva, aproximando as pessoas e colaborando para o convívio harmônico. Desconhecida até o final dos anos 1990, a justiça restaurativa já está contemplada na Política Nacional Judiciária disciplinada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e possui programas em andamento em tribunais do país, como uma forma não punitiva de administrar conflitos, que gera responsabilização do ofensor e busca a reparação de danos causados à vítima.

No Rio Grande do Sul, a Justiça Restaurativa começou a ser estudada, debatida e colocada em prática na Escola da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (AJURIS), em 2004, sob a liderança do juiz de direito Leoberto Brancher, o que culminou, uma década depois, na criação, por parte do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), do *Programa Justiça Restaurativa para o Século 21*. Atualmente, no Poder Judiciário do RS, as práticas restaurativas são aplicadas em 35 unidades jurisdicionais e em 27 Comarcas do Estado.

Em Porto Alegre, procedimentos restaurativos começaram a ser testados em 2002 e, desde 2005, têm sido realizados de forma sistemática junto à 3ª Vara do Juizado da Infância e Juventude, trazendo a presença da família do infrator e de representantes da comunidade para o debate do ato infracional, a fim de firmar um comprometimento de todas as partes na recuperação social do jovem infrator. Essa experiência piloto consolida atividades e capacitações que viabilizam a atuação em áreas estratégicas, como a justiça restaurativa no espaço judicial, no atendimento socioeducativo, com reflexos na educação e na comunidade onde se insere[[1]](#footnote-1).

Em 2016, o modelo de Justiça Restaurativa foi elevado à qualidade de política pública do Estado do Rio Grande do Sul, com assinatura de Protocolo de Cooperação firmado entre Poder Executivo, Assembleia Legislativa, TJRS, Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) e Defensoria Pública do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, a Justiça Restaurativa já foi instituída por lei como uma política pública nos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Passo Fundo[[2]](#footnote-2).

Com efeito, conforme o juiz Leoberto Brancher, “a justiça restaurativa virou política pública, instituída por lei municipal em cidades de médio porte, e tem mobilizado milhares de profissionais da justiça, da segurança, da assistência social, da educação, da saúde, da academia e pessoas das comunidades”[[3]](#footnote-3). A exemplo do município de Caxias do Sul, que tem três Centrais da Paz[[4]](#footnote-4), estabelecidos pelo Programa Municipal de Pacificação Restaurativa – Caxias da Paz (Lei Municipal nº 7.754/2014) é resultado de uma construção progressiva entre o município de Caxias do Sul, o Poder Judiciário – por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) –, a Universidade de Caxias do Sul (UCS) e a Fundação Caxias.

Nessa esteira, recentemente, a AJURIS assinou termo de cooperação com a Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos (SDSTJDH) para formar comunidades escolares e equipes diretivas da rede pública estadual de ensino nas metodologias da Justiça Restaurativa[[5]](#footnote-5).

Em face da tendência e relevância que vem tendo a matéria em tela, apresenta-se a proposta de instituição da Semana Municipal da Justiça Restaurativa com o propósito de dar visibilidade na agenda pública municipal, estimulando iniciativas que possibilitem os cidadãos porto-alegrenses compreenderem a justiça como iniciativa social, e não apenas como tarefa do Judiciário. Vale explicar que a escolha do período dá-se pelo fato de que se debate e promove ações ligadas à justiça restaurativa em várias partes do planeta, anualmente, nessa terceira semana de novembro.

Assim, com base nas razões expostas, fundamentamos a proposta ora apresentada para instituir, no Município de Porto Alegre, a Semana Municipal da Justiça Restaurativa, solicitando aos nobres pares para deliberarem sobre sua aprovação.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2018.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA

**PROJETO DE LEI**

**Inclui a efeméride Semana Municipal da Justiça Restaurativa no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na terceira semana de novembro**.

**Art. 1º**  Fica incluída a efeméride Semana Municipal da Justiça Restaurativa no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na terceira semana de novembro.

**Art. 2º**  Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

/DBF

1. Cf. Semeando Justiça. Disponível em <http://justica21.web1119.kinghost.net/j21.php?id=91&pg=0#.W-rz-dVKhQI>. [↑](#footnote-ref-1)
2. Cf. Nascida na AJURIS, Justiça Restaurativa torna-se política pública de Estado contra a violência. Disponível em <http://www.ajuris.org.br/2016/10/13/nascida-na-ajuris-justica-restaurativa-torna-se-politica-publica-de-estado-contra-a-violencia>. [↑](#footnote-ref-2)
3. Cf. *Justiça Restaurativa O olho no olho e o diálogo na resolução de conflitos e crimes - mesmo os mais graves*. Disponível em <https://tab.uol.com.br/justica-restaurativa#justica-o-que>. [↑](#footnote-ref-3)
4. Cf. Leoberto Brancher explica como Justiça Restaurativa ajuda a solucionar conflitos. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/11/audio-leoberto-brancher-explica-como-justica-restaurativa-ajuda-a-solucionar-conflitos-cja8fyxzl002i01npugif5nbo.html>. [↑](#footnote-ref-4)
5. Cf. Justiça Restaurativa: *AJURIS vai capacitar comunidades escolares e equipes diretivas do POD e Centros de Juventude*. Disponível em <http://www.ajuris.org.br/2018/04/12/justica-restaurativa-ajuris-vai-capacitar-professores-e-equipes-diretivas-do-pod-e-centros-de-juventude>. [↑](#footnote-ref-5)